

POLÍTICAS PARA O TRABALHO DOS PEDAGOGOS NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO PARANÁ (2004-2015).

Cristhyane Ramos Haddad

Maria de Fátima Rodrigues Pereira

Resumo

Este trabalho apresenta estudo sobre as políticas para o trabalho dos pedagogos na rede estadual de ensino do Paraná, no contexto de 2004 a 2015. Pretende-se responder a seguinte problemática: quais os sentidos que os pedagogos da rede estadual de ensino do Paraná atribuem ao seu trabalho a partir da implantação da Lei Complementar nº 103/2004, que aprova o Plano de Carreira do Professor da rede estadual de educação básica do Paraná. Para responder a essa problemática recorre-se ao estudo da Lei Complementar nº 103/2004, a Resolução nº 3651/2000, Edital de Concurso nº 37/2004. Constituem-se ainda como fonte de pesquisa as produções dos pedagogos do Programa de Desenvolvimento Educacional PDE/PR no período de 2007 a 2012. O método de pesquisa adotado é o materialismo histórico dialético, desta forma, tem-se como ponto de partida a empiria e recorre-se à análise do contexto histórico dessas políticas, caracterizado pela expansão da gerência toyotista do trabalho, e pelas reformas educacionais, quando da elaboração das Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia.

Palavras-chave: políticas do estado do Paraná, trabalho de pedagogos, contexto histórico.

Introdução

Este texto apresenta estudo sobre o trabalho dos pedagogos na rede estadual de ensino do Paraná. Pretende-se responder a seguinte problemática: quais os sentidos que os pedagogos atribuem ao seu trabalho com a implantação da Lei Complementar nº 103/2004, a qual extinguiu os cargos de especialistas da educação e no seu lugar criou o cargo de professor pedagogo. Para responder a essa problemática organizou-se, assim o texto: inicialmente apresenta-se estudo sobre o trabalho no modo de produção capitalista e se faz a relação com o trabalho da escola e dos pedagogos. Em seguida estuda-se a política implantada no Estado do Paraná através da Lei Complementar nº 103/2004, da Resolução nº 3651/2000, e do Edital de Concurso nº 37/2004. Nesse contexto ocorria nacionalmente o debate em torno das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Por fim recorre-se ao estudo e análise das produções PDEs sobre o trabalho dos pedagogos. Nas considerações finais aponta-se para a necessidade da revisão das atuais políticas para o trabalho dos pedagogos no sentido da valorização desses profissionais.

O trabalho no modo de produção capitalista: relações com a escola e com os pedagogos

O trabalho no modo de produção capitalista caracteriza-se enquanto mercadoria. Historicamente, há uma perda pelo trabalhador dos meios de produção, instalam-se condições de trabalho como parcialização, intensificação que condicionam sua vida e a realização de suas potencialidades e que por sua vez possibilitam maior extração de mais valia. Na esfera do mercado o trabalhador vende ao capital sua força de trabalho. Mas, aí, a relação de compra

e venda do trabalho é desigual na medida em que o trabalhador recebe pelo seu trabalho o mínimo necessário para manutenção da sua sobrevivência.

Os estudos do trabalho apontam a presença da divisão técnica e social do trabalho já no regime da manufatura, o que acarretaria perda da dimensão de totalidade do processo produtivo. Esse regime assim foi descrito:

Um quantum maior de mercadorias prontas tem, por exemplo, de ser fornecido em determinado prazo. O trabalho é por isso dividido. Em vez de o mesmo artífice executar as diferentes operações dentro de uma sequência temporal, elas são desprendidas umas das outras, isoladas, justapostas no espaço, cada uma delas confiada a um artífice diferente e todas executadas ao mesmo tempo pelos cooperadores. (MARX, 1985, p.268).

No regime da manufatura ao juntar os artífices num mesmo local de trabalho, evita-se a interrupção da produção, e em decorrência potencializa-se o aumento da produtividade. Desde então e com a grande indústria o capital persegue formas de organização do trabalho que possibilitem mais controle e produtividade.

Com a indústria moderna os instrumentos de trabalho foram incorporados às máquinas. Sob os ditames da racionalidade neutra do trabalho, a gerência o taylorista/ fordista possibilitou mais separação entre concepção e execução, o aumento da produção e seu controle do trabalho.

O capitalista, como gerente da empresa ocupa-se da supervisão do trabalho na linha da produção. (BRAVERMAN, 1980).

Nesse contexto o trabalhador passa a executar uma série de atividades mecanizadas e repetitivas, perdendo a dimensão da totalidade. Esse processo de dissociação, do trabalhador implica na reificação do se ser. O trabalhador é reduzido ao nível de um instrumento no processo produtivo. (MARX, 2004). Nesse sentido instalam-se condições que impedem a realização das potencialidades humanas. Isto é cruel para o trabalhador e drama para o homem genérico por quanto ficam limitadas as condições da vida humana como um todo.

Kuenzer (2002), explicita que a base taylorista/fordista originou tendências pedagógicas na escola representadas pela concepção tradicional, nova e tecnicista que privilegiam a racionalidade técnica. A formação nos cursos de pedagogia também foi marcada por esses princípios.

O Parecer nº 252/69 e a Resolução CFE nº 2/69 dispuseram sobre a formação do técnico em educação como fator indispensável à realização da educação e de desenvolvimento

econômico. O curso de Pedagogia passou a formar as habilitações específicas do orientador educacional, administrador escolar, supervisor escolar. (SILVA, 2006).

A formação e o trabalho dos especialistas da educação foram marcados por processos de fragmentação. O supervisor ocupava-se das questões do ensino e do planejamento, enquanto o orientador ocupava-se das questões da aprendizagem.

Com a crise do fordismo, inicia-se um processo de reestruturação da produção, contando com a gerência toyotista, que se fundamenta por um padrão organizacional, intercomunicativo, tecnologicamente avançado porque em rede e intensificado. O controle da produção que anteriormente era realizado pela gerência científica passa a ser feito, aparentemente, pelas máquinas e interiorizado na alma do trabalhador. Os processos de exploração são intensificados e a subjetividade do trabalhador torna-se a expressão de uma existência estranhada. (ANTUNES, 2009).

A organização do trabalho toyotista exige a formação de um novo tipo de trabalhadores e de uma nova pedagogia, que encontra sua melhor expressão na pedagogia das competências. Seu objetivo é formar trabalhadores flexíveis capazes de se adaptar a diferentes postos na produção. (KUENZER, 2005).

Em relação ao pedagogo tem se esbatido resistências face à intensificação e precarização, pois o Estado tem feito uso, “da concepção de unitariedade para intensificar e precarizar o trabalho pedagógico, pela extinção e/ou não criação de postos de trabalho para professores e pedagogos, combinados com a precarização da formação” (KUENZER, 2002, p.70).

Neste contexto torna-se fundamental investigar as políticas formuladas e implementadas para o trabalho dos pedagogos no Estado do Paraná, objeto desse trabalho.

O neoliberalismo e influências nas políticas de trabalho dos pedagogos no Estado do Paraná.

No contexto do neoliberalismo na década de 1990, no Brasil iniciaram-se os debates em torno da LDB, Lei 9394 aprovada em 20 de dezembro de 1996. Mudanças foram apontadas para a formação de professores especialmente nos artigos 62, 63 e 64. O artigo 62 abriu a possibilidade da formação dos professores para a educação básica ocorrer nos Institutos Superiores de Educação. Já o artigo 64 tratou especificamente da formação do pedagogo através de cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação.

Muitos embates ocorreram em torno da aprovação das Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia (DCNP). Disputas de grupos com interesses diferentes foram travadas. A formação de professores sempre foi um campo de interesse da iniciativa privada hoje já predominante nos cursos ofertados à distância. Por outro lado houve muitas resistências, no seio do movimento docente a partir da década de 1980. Entidades como o CONARCEFE (Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador), FORUNDIR (Fórum Nacional de Diretores de Faculdades/Institutos/Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras) e ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação) após sua criação na década de 1990 em seus fóruns tem, assumido a defesa dos profissionais da educação da escola pública e de um subsistema nacional de formação de professores. A docência é defendida por esta associação de professores como princípio da formação do pedagogo e de todos os professores, isto aponta para a superação da fragmentação que se expressa na existência do especialista.

Com a aprovação das DCNP em 2006 através dos Pareceres CNE/CP nº 05/2005 e CNE/CP nº 03/2006 e pela Resolução MEC/CNE nº 01/2006, os cursos de pedagogia passaram a ter como princípio a docência, sendo que, as funções de gestão, planejamento, coordenação e avaliação passam a ser assimiladas a ela.

Nesse contexto dos debates que ocorriam nacionalmente e das proposições de alterações para os cursos de Pedagogia, o Estado do Paraná já em 2000 passou a tratar os cargos de orientador educacional e supervisor escolar por equipe pedagógica através da Resolução nº 3651.

Parágrafo único- As funções não-docentes estão distribuídas em quatro categorias (Diretor e Diretor Auxiliar), Secretaria (Secretário), Equipe Pedagógica (Orientador Educacional e Supervisor Escolar) e Equipe de Apoio (Assistente Administrativo e Auxiliar de Serviços Gerais), que serão preenchidos conforme Anexo I desta Resolução. (SEED, 2000).

A implantação dessa Resolução trouxe impactos para o trabalho dos pedagogos tendo em vista que o número desses profissionais nas escolas foi reduzido pela metade. As funções de orientação educacional e supervisão escolar passam a ser tratadas por equipe pedagógica. Tal política encontra respaldo nos pressupostos neoliberais de intensificação do trabalho e redução de investimentos.

Em 2004 novas alterações foram propostas através da aprovação da Lei Complementar nº 103 que instituiu o Plano de Carreira do Magistério da Educação Básica do Paraná. Com esta lei os cargos de orientador educacional e supervisor escolar foram extintos e no seu lugar

foi criado o cargo de professor pedagogo. A aprovação do Plano de Carreira se constituiu numa política firmada entre a APP Sindicato, o governo do Estado do Paraná, representado por Roberto Requião e a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED).

A Lei Complementar nº 103/2004 representou uma série de avanços para o magistério público estadual, na medida em que assegurou um Plano de Carreira para os profissionais do magistério. Atrelado a este Plano de Carreira foi instituído uma política de formação continuada para esses profissionais através do PDE/PR e a exigência da realização de concursos públicos para o ingresso na carreira. São inegáveis tais avanços, tendo em vista a política anterior no governo de Jaime Lerner.

No que se refere aos pedagogos avanços também foram conquistados com a aprovação do Plano de Carreira, dentre eles a aposentadoria aos 25 anos como assegurado aos professores e a exigência da titulação em pedagogia para poder ocupar o cargo de professor pedagogo na rede estadual de ensino do Paraná.

No entanto, o número de pedagogos nas escolas continua sendo uma questão difícil. Apesar do aumento do número desses profissionais nas escolas da rede estadual do Paraná, possibilitado pela realização de concursos públicos nos anos de 2004, 2007 e 2013, ainda assim é necessário rever as Resoluções que determinam o número de profissionais das escolas tendo em vista as demandas de trabalho hoje assumidas pelos pedagogos. Em 2004 a rede estadual de ensino do estado do Paraná contava com 4579 pedagogos, em 2014 esse número passou para 7724, o que representa um aumento de 3145 profissionais. (Portal Dia a Dia Educação, Consulta 10/11/15).

Na análise do edital de concurso de pedagogos nº 37 de 2004 é possível verificar que esses profissionais passaram a responder por 26 atribuições ligadas à organização do trabalho pedagógico da escola, e que envolve a elaboração e implantação do Projeto Político Pedagógico, da Proposta Pedagógica Curricular, do Regimento Escolar, do planejamento do ensino, dos processos de avaliação educacional, do conselho de classe, da hora atividade, das formações continuadas realizadas na escola, da organização do tempo/espaço escolar lugar de articulação com a comunidade e com os órgãos colegiados. Além dessas atribuições os pedagogos tem assumido uma série de atividades cotidianas e rotineiras ligadas a questões disciplinares, que por falta de outros profissionais na escola o pedagogo acaba assumindo. Esses processos tem se configurado para os pedagogos como trabalho intensificado e desrealizador que analisaremos no próximo ítem a partir da empiria coletada na pesquisa.

Análise das Produções PDEs sobre o trabalho dos pedagogos: intensificação e burocracia.

Os dados a que nos referimos foram coletados junto ao portal Dia a Dia Educação, site oficial da Secretaria Estadual de Educação do Paraná e se constitui da leitura e análise de artigos produzidos no PDE/PR, no período de 2007 a 2012 e expressam as reflexões dos pedagogos sobre o seu trabalho na rede pública de ensino do Paraná. A problemática que pretende-se responder, como já antes anunciada na introdução deste trabalho, é: quais os sentidos que os pedagogos atribuem ao seu trabalho a partir das mudanças trazidas com a implantação da Lei Complementar nº 103/2004? A referida lei é responsável pela extinção dos cargos dos especialistas da educação e pela criação do cargo de professor pedagogo. Interessa-nos investigar de que forma essa política impactou o trabalho dos pedagogos.

Por sentidos entende-se, conforme Antunes (1998), as mediações que se expressam em tendências no seio das práticas sociais. No atual estágio do modo de produção capitalista, segundo os estudos do trabalho caracterizam-se pela acentuação de elementos destrutivos, caracterizados pela intensificação e precarização.

O PDE/PR é um dos mais importantes programas de formação continuada do Estado do Paraná e que tem possibilitado aos professores participantes desse programa o afastamento por um ano em tempo integral da carga horária de trabalho. Nesse período de afastamento o professor desenvolve o seu projeto de intervenção pedagógica orientado por professores das universidades públicas do Paraná.

As produções PDE foram publicadas na forma de artigos científicos e constituíram-se em importante fonte de pesquisa por expressarem a realidade enfrentada pelos pedagogos no seu trabalho nas escolas estaduais.

Os artigos PDEs analisados apontam para a descaracterização do trabalho do pedagogo, que ao assumir múltiplas tarefas, deixa de realizar o seu trabalho. A análise das produções PDEs aponta ainda para a secundarização do trabalho pedagógico, pois, ao realizar várias tarefas o pedagogo acaba por não acompanhar o ensino-aprendizagem. O trabalho burocrático ligado à resolução de questões disciplinares também foi apontado pelos pedagogos PDEs.

A descaracterização do trabalho é definida pelas pesquisas PDEs como: “indefinição de funções”, “desvinculação do seu real trabalho”, “distanciamento da real função”, “distanciamento entre o prescrito na legislação e o real”, “trabalho de forma indefinida”,

“atividades rotineiras”, “tarefas imediatas”, “apagar incêndios”. A seguir pode-se verificar o exposto através das descrições realizadas pelos pedagogos PDEs.

A função do pedagogo nas escolas públicas está um tanto quanto descaracterizada de especialista em educação ele passa a fazer às vezes de menino de recados, fiscalizador das entradas e saídas dos alunos na escola, substituto de professores [...] realizando assim uma série de atividades paralelas que impossibilitam o trabalho pedagógico, o qual está preparado, pelo menos teoricamente para realizar. (VANZELA, 2010, p.18).

Infelizmente, ainda há indefinições e equívocos em relação às funções do pedagogo, o que descaracteriza seu trabalho, tornando secundário o que deveria ser essencial, que é o pedagógico. No caso específico do Estado do Paraná, embora a mudança na nomenclatura, que institui o “professor pedagogo”, pudesse sugerir que estaria acabando a polêmica do Curso de Pedagogia, acreditamos que ainda não se conseguiu definir uma identidade própria ao pedagogo. É preciso conquistar esse espaço e ainda definir as lutas e funções desse profissional, pois o fato de ele estar sobrecarregado com várias atividades imediatas e muitas vezes secundárias dentro da escola acaba por impossibilitar o desempenho de suas reais funções. (SOUZA DE OLIVEIRA, 2010, p.22).

As produções PDEs evidenciam uma descaracterização do trabalho do pedagogo na escola. Essa descaracterização tem desviado o seu foco do processo pedagógico que tem sido secundarizado. Ao realizar essa série de atividades de atividades imediatistas e corriqueiras da escola ele deixa de realizar o acompanhamento do processo ensino-aprendizagem. Isso tem gerado um sentimento de frustração nos pedagogos, pois distanciam-se do seu real trabalho. Esse sentimento de frustração pode ser explicado pela dissociação entre sentido e significado no trabalho dos pedagogos.

As relações dos homens com seu processo de trabalho no modo de produção capitalista se tornam processos de alienação, nos quais o sentido se dissocia da atividade, ou seja, o homem não vê mais sentido naquela atividade que realiza. “O produto do trabalho coletivo tinha o sentido comum de bem, um sentido social objetivo na vida da comunidade e um sentido subjetivo para cada um dos seus membros” (LEONTIEV, 1978, p.114). A dissociação entre sentido e significado na atividade de trabalho dos homens provoca transformações na sua consciência, no seu pensamento e na sua personalidade. “A grande massa dos produtores separou-se dos meios de produção e as relações entre os homens transformaram-se cada vez mais em puras relações entre coisas que se separam (se alienam) do próprio homem” (LEONTIEV, 1978, p.120). Dessa forma o trabalho que deveria ser um processo de realização dos homens passa a ser um processo de desrealização de subsunção.

Antunes (2009) destaca que as formas de submeter o trabalhador aos processos de valorização do capital no toyotismo são mais degradantes do que se apresentavam no taylorismo/fordismo, pois agora o capital se apropria não apenas da força de trabalho, mas da subjetividade desse trabalhador, ou seja, se apropria de suas ideias, de seus pensamentos, de suas emoções e sentimentos.

Além dos processos de reificação apontados por essa pesquisa do trabalho dos pedagogos, o trabalho multitarefas ou intensificado foi apontado pelas produções PDEs e expressas da seguinte forma: “o faz tudo”, “tarefeiro”, “múltiplas funções”.

O pedagogo tornou-se um profissional multitarefas dentro da escola, desempenhando diversas funções que, em grande parte, não fazem parte da sua função. Estas ocorrências vêm secundarizando a função específica do pedagogo não permitindo que este profissional efetive a sua prática no interior da escola. (SANTOS, 2010, p.1-2).

No atual contexto, o professor pedagogo tem revelado que não consegue desenvolver suas funções de maneira satisfatória, o que tem causado certa frustração profissional. As explicações acerca desta situação são, principalmente, as múltiplas tarefas que lhes são atribuídas e que não condizem com sua habilitação profissional. Isto vem forçando-os a deixar para um segundo plano sua real função. (ARAÚJO, 2009, p.1).

O pedagogo se encontra sobrecarregado, com múltiplas atividades, com prazos a cumprir; alunos, pais e professores a atender. Mesmo sabendo que muitas de suas ações são secundárias e sabendo que deve dar unidade a ele, não consegue idealizar este propósito, apenas intensifica seu trabalho. (EYNG, 2009, p.8).

O Estado do Paraná inovou ao criar o cargo de Professor Pedagogo, mas tal mudança não criou necessariamente uma nova condição, ou foi decorrente de um novo pensar sobre os profissionais formados pelo curso de Pedagogia. A prova disso foi que no elenco de atribuições do Professor Pedagogo, juntaram-se tudo que antes era executado pelos Orientadores Educacionais e pelos Supervisores Escolares para ser executado por este “Super Professor Pedagogo”. Uma imensa lista de atribuições para um só profissional com o argumento de que havia a necessidade de se acabar com a fragmentação do trabalho na gestão pedagógica da escola. (MATIEL, 2009, p.18).

Ao analisar o discurso dos pedagogos PDE fica evidenciado um processo de sobrecarga e intensificação do trabalho, através de múltiplas tarefas que vem sendo assumidas por esses profissionais nas escolas. Tais atividades são caracterizadas pelos pedagogos como rotineiras e cotidianas. Na falta de outros profissionais na escola, como inspetores de alunos, para realizá-las o pedagogo acaba por assumi-las. No entanto, esse processo tem descaracterizado o seu trabalho como articulador e organizador do trabalho pedagógico. Por esse fato é que os pedagogos afirmam que o acompanhamento do processo ensino-

aprendizagem tem sido secundarizado. Ao ser frequentemente solicitado a resolver todas as questões que aparecem no dia-a-dia da escola deixa de realizar o que é de fato o seu trabalho.

Por isso os pedagogos apontam que o número de agentes 1 deveria ser ampliado. O agente 1 assume na escola diferentes atribuições ligadas à limpeza da escola, merenda dos alunos e atendimento dos alunos no prédio escolar. Ocorre que esse número é limitado segundo o porte da escola. Muitos pedagogos acabam por se envolver em questões que poderiam ser resolvidas por outros profissionais da escola, no entanto, é preciso que essa questão seja trazida para o debate coletivo.

É preciso dividir essas tarefas e nesse sentido a ação do diretor da escola é fundamental para que o pedagogo possa se dedicar ao processo pedagógico. É preciso que todos saibam que o trabalho do pedagogo é na sua essência pedagógico e está diretamente ligado às questões do ensino-aprendizagem. Assegurar que esse profissional possa de fato realizar esse acompanhamento demonstra um compromisso político com o trabalho da escola pública e com os seus estudantes.

Além desses aspectos outro fator de grande relevância apontado pelas produções PDE diz respeito à burocratização do trabalho dos pedagogos, caracterizado pelo número elevado de preenchimento de fichas, planilhas e relatórios. Vejamos o que os pedagogos PDEs expressam em suas produções.

Muitas são as vezes que as escolas são inundadas de exigências administrativas, oriundas e geralmente impostas por instâncias superiores, além das exigências do próprio trabalho pedagógico, como preenchimento de atas de reunião de conselho, controle de alunos faltosos e evadidos, controle das dificuldades e avanços dos alunos, verificação dos Livros de Registros de Classe, problemas disciplinares dentre outros. Esses procedimentos tem se solidificado em muitas escolas como uma simples obrigação, desvirtuando a organização do trabalho pedagógico. (MEHL, 2010, p.19).

O pedagogo da Escola Pública de Educação Básica tem uma sobrecarga de trabalho e pouco tem conseguido exercer o seu papel de articulador do processo ensino-aprendizagem. Isso porque são destinadas a este profissional todas as tarefas ligadas às questões organizacionais, burocráticas, de legislação e disciplinares da instituição de ensino. (ZENI, 2009, p. 3).

Destaca-se que grande parte de sua carga horária do dia-a-dia é destinada ao fazer burocrático, ao enfrentamento de questões emergenciais como violência e indisciplina, ao preenchimento de fichas de Programa Preventivo e de atendimento aos comportamentos inadequados dos alunos; esses afazeres diários não condizem com as atribuições essenciais do professor pedagogo da escola pública. (NASCIMENTO, 2012, p.3).

As produções dos pedagogos PDE apontam que os pedagogos têm sido executores de trabalhos burocráticos nas escolas, atendendo a exigências de preenchimento de fichas,

relatórios, conferência de livros, encaminhamento de documentos oficiais e essas atividades têm tomado grande parte do tempo do seu trabalho nas escolas. O pedagogo está sobrecarregado pelas tarefas burocráticas que é chamado a responder.

Historicamente no estado do Paraná a figura do supervisor escolar esteve atrelada a fiscalização do trabalho do professor. Como implementador das políticas públicas neoliberais estava atrelado a outros interesses que não os da escola pública.

Discutir sobre o pedagogo é complicado, muitas vezes é visto como alguém que detém algum poder junto à direção, que controla o fazer do professor, aquele que vê e conta o que está acontecendo na escola, caso não saiba exercer suas atribuições. (TERBAI, 2007, p.4).

Organizar um trabalho pedagógico coletivo e articulado entre a teoria e a prática nas escolas tem sido um grande desafio para os professores pedagogos. Primeiramente porque historicamente este profissional tem ocupado funções fragmentadoras no processo pedagógico dividindo-se entre supervisor escolar e orientador educacional, ou seja, na função de supervisor, o papel é mais de controle burocrático do trabalho do professor e, na função de orientador, o trabalho fica mais direcionado ao aluno, distanciando-se ambos do trabalho pedagógico propriamente dito. (SALEM, 2009, p.3).

No atual contexto da escola pública o professor pedagogo não está conseguindo desenvolver suas funções a contento, porque vem agregando múltiplas tarefas que não condizem com a sua habilitação profissional, pois em suas manifestações funcionais vem exercendo papéis burocráticos, tais como: de disciplinador de alunos, de fiscalizador de professores, de inspetor de pátio da escola, de controlador de entrada e saída de alunos, de assistente social, de psicólogo, de assistente de saúde, e outros mais. (ARAUJO, 2009, p.4).

As expressões dos pedagogos PDEs evidenciam que esse profissional tem sido entendido como um fiscalizador do trabalho do professor. É visto como um burocrata que está na escola para fazer com que o professor cumpra as exigências do trabalho prescrito à escola pelas Secretarias e Núcleos.

Em seus trabalhos, os pedagogos PDE apontam para a necessidade de que esse trabalho seja superado. As relações entre pedagogos e professores não podem ser respaldadas pela hierarquia e verticalização. O trabalho na escola precisa envolver toda a coletividade nos debates e reflexões sobre o ensino-aprendizagem. Não há sentido em alguns planejarem o processo pedagógico enquanto outros executam. O trabalho pedagógico necessita ser planejado por todos os envolvidos.

O trabalho burocrático tem sido uma exigência do trabalho dos pedagogos, porque a escola reproduz as mesmas relações da sociedade em que está inserida. A burocracia é um instrumento institucional do estado burguês e encontra seus fundamentos na racionalidade técnica que tem como marca a neutralidade e impessoalidade das relações.

Ao contrário dessa lógica que está posta é preciso humanizar o trabalho da escola, dessa forma, as atividades administrativas e burocráticas não podem se sobrepôr as pedagógicas, mas estar a serviço delas.

Os artigos PDEs apontam ainda que os pedagogos têm sido chamados a resolver com frequência questões disciplinares, ligadas a conflitos na sala de aula entre alunos como também entre alunos e professores.

O pedagogo é muitas vezes sobrecarregado em casos de indisciplina que não necessitam prioritariamente de atendimento do seu trabalho, mas de uma ação pedagógica do professor. Sendo assim seu trabalho acaba limitando-se a registro de ocorrências disciplinares, impedindo-o de desempenhar sua função de forma eficaz, relegando ao segundo plano o atendimento pedagógico em toda a sua abrangência. (SANTOS, 2010, p.11).

Verificou-se que o trabalho do pedagogo tem concentrado sua atuação de acordo com as necessidades que ocorrem no dia a dia, como: verificação de uniformes, atraso de alunos, discussão e agressão verbal entre alunos, tentativa de controlar a indisciplina na sala de aula, entre outras atividades. (ALVES, 2009, p.3).

Segundo Weber (1982, p.292-293), o conteúdo da disciplina é a “execução de uma ordem recebida, coerentemente racionalizada, metodicamente treinada e exata, na qual toda crítica pessoal é incondicionalmente eliminada”. Para a disciplina é decisivo que a obediência seja racionalmente uniforme. A disciplina “como seu ramo mais racional, a burocracia, é impessoal”. Ela transforma o hábito em habilidade rotineira. Seu objetivo é condicionar e treinar as massas, a fim de que sua ação possa ser calculada racionalmente. O indivíduo não pode sair dessa organização mecanizada, pois o treinamento rotinizado o obriga a continuar.

A escola, assim, responde as exigências do mercado de trabalho, nesse sentido, um de seus objetivos é o disciplinamento. Disciplina essa que será fundamental para o trabalho nas fábricas. A necessidade do controle do trabalho surgiu com a indústria moderna, com a necessidade do capitalista em extrair mais-valia. “O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida de que o trabalho se realize em ordem” (MARX, 1985, p.154).

Ao pedagogo tem sido delegado na escola o controle dos uniformes, o controle dos horários: de entrada, de saída, da entrega de tarefas, da formação de filas, da fiscalização dos corredores da escola. Ao seu trabalho cabem as mediações para a apropriação do conhecimento, hoje desvirtuadas pela burocracia neutra onde as necessidades próprias dos alunos e professores são preteridas. O controle e a fiscalização também tem se voltado para o

trabalho do professor sob a forma de controle de notas, registros, livros de chamadas, índices de aprovação, reprovação, evasão, planilhas, fichas. No entanto, cabe nos perguntar o porquê disso? Qual é a intenção do direcionamento do trabalho da escola e de seus trabalhadores para esse sentido? Talvez porque justamente ao fazer isso não se faça o principal que é a instrumentalização da classe trabalhadora para a transformação do que está posto. Mantém-se dessa forma a hegemonia das classes que estão no poder, dificulta-se a classe trabalhadora de fazer a revolução. A burocracia e o disciplinamento correspondem assim para a manutenção da ordem e com os processos de valorização do capital.

Considerações Finais

A análise das produções PDEs nos possibilita afirmar que os sentidos atribuídos pelos pedagogos da rede estadual de ensino do Paraná ao seu trabalho, a partir da implantação da Lei Complementar nº 103/2004, a qual extinguiu os cargos dos especialistas da educação e no seu lugar criou o cargo de professor pedagogo, apontam para o trabalho intensificado, através da expressão utilizada como “múltiplas tarefas” e “sobrecarga de trabalho”.

A organização do trabalho pedagógico da escola é apontada pelo edital de concurso de 2004 como atribuição desse profissional, no entanto, os pedagogos relatam dificuldade para realizá-la tendo em vista as atividades cotidianas e rotineiras ligadas as questões disciplinares, que esses profissionais tem assumido na escola. Esse processo tem corroborado para uma secundarização do trabalho pedagógico.

Além disso, os pedagogos expressam que seu trabalho tem sido burocratizado, tendo em vista a quantidade de relatórios, fichas e documentos que são solicitados a preencher pela Secretaria de Estado da Educação.

Aponta-se para a necessidade de rever as políticas para o trabalho dos pedagogos no Estado do Paraná, tendo em vista o distanciamento entre o necessário trabalho de mediação à apropriação do conhecimento e a prática que se efetiva na escola.

O caminho a ser apontado é o da valorização e fortalecimento do pedagogo no seu trabalho de mediação do ensino-aprendizagem. Para isso é necessário que as políticas públicas invistam na contratação de um maior número de profissionais para atuar nas escolas, tanto no que se refere ao número de pedagogos, como no número de funcionários.

As demandas que a escola pública tem assumido são muitas, o pedagogo não pode se responsabilizar sozinho por todas elas. É necessário debater com todo o coletivo escolar as dificuldades encontradas no trabalho para que as soluções possam ser encontradas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Luci Francisco; SCHELBAUER, Analete Regina. **O papel do pedagogo na organização do trabalho pedagógico.** www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/pdebusca/producoes_pde/2009_uem_pedagogo_artigo_luci_francisco_alves.pdf

ANTUNES, Ricardo. **Os exercícios da subjetividade: as reificações inocentes e as reificações estranhadas.** Caderno CRH, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 121-131, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 2ª edição- São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAUJO, Maria Aparecida Santos; ZANATTA, Regina Maria. **A função do pedagogo na escola pública do Paraná.** www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/producoes_pde/2009_uem_pedagogo_artigo_maria_aparecida_santos_araujo.pdf

BRASIL, CFE (1969). **Parecer nº 252/69.** Documenta, nº 100, pp. 101-179, 1969

BRASIL, CFE (1969). **Resolução nº 2, de 11 de abril de 1969.** Documenta, nº 100, PP. 113-117, 1969.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394,** de 20 de dezembro de 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em 16 de abril de 2014

BRASIL, CNE (2005). **Parecer CNE/CP nº 05/2005,** de 13/12/2006. Disponível no portal do MEC

BRASIL, CNE (2006). **Resolução CNE/CP nº 1/2006,** de 15/05/2006. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf Acesso em 16 de abril de 2014

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX** -3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

EYNG, Angela Maria Both; ESTRADA, Adrian Alvarez. **A função do pedagogo no cotidiano da escola pública.** www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/pdebusca/producoes_pde/2009_unioeste_pedagogo_artigo_angela_maria_both_eyng.pdf

KUENZER, Acácia Z. Trabalho pedagógico: da fragmentação à unilateralidade possível. IN: FERREIRA, N. S.; AGUIAR, A. de S. **Para onde vão a orientação e a supervisão educacional?** Campinas, S.P. : Papirus, 2002.

KUENZER, A. Z. Exclusão Incluyente e Inclusão Excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. IN: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luis. **Capitalismo, Trabalho e Educação**. 3. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2005.

LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa. Livros Horizonte, 1978.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo. Boitempo Editorial, 2004.

MATIEL, Maria Lucilia Barradas; PIASSA, Zuleika Aparecida Claro. **A atuação do pedagogo no ambiente escolar**. www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/cadernos/pdebusca/producoes_pde/2009_uel_pedagogo_artigo_maria_lucilia_barradas_matiel.pdf

MEHL, Ana Maria Camilo; HARACEMIV, Sonia Maria Chaves. **O papel do pedagogo na organização e mediação do trabalho pedagógico na escola pública**. 2010. http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pdebusca/producoes_pde/2010/2010_ufrp_ped_artigo_ana_maria_camilo_mehl.pdf

NASCIMENTO, Solange; PADILHA, Augusta. **O processo educativo e a corresponsabilidade do professor pedagogo no trabalho pedagógico docente e discente**. 2012. http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pdebusca/producoes_pde/2012/2012_uem_ped_artigo_solange_do_nascimento.pdf

OLIVEIRA, Vera Lúcia de Souza de; FÁVARO, Neide de Almeida Lança Galvão. **O trabalho e a formação do professor pedagogo em debate**. 2010. http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pdebusca/producoes_pde/2010/2010_fafipa_ped_artigo_vera_lucia_de_souza_de_oliveira.pdf

PARANÁ, SEED. **Resolução nº 3651/2000**. Publicado no Diário Oficial do Estado nº 5884 de 12/12/2000.

PARANÁ. **Lei Complementar nº 103 de 15 de março de 2004** – Institui e dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da rede estadual de educação básica do Paraná. Publicado no Diário Oficial nº 6687 de 15/03/2004. Disponível em: <http://celepar7cta.pr.gov.br/SEEG/sumulas.nsf/319b106715f69a4b03256efc00601826/0136dae4d1af589c03256e98006e2e8b>> Acesso em 13 de julho de 2013.

PARANÁ, SEED. **Edital nº 37/2004.** Disponível em: http://www.cops.uel.br/concursos/seap_2004/Edital_037_2004.pdf. Acesso em 16 de abril de 2014.

SALEM, Maura Lúcia Azevedo. **Contribuições da pedagogia histórico-crítica para a organização do trabalho pedagógico: aliando teoria e prática.** 2009. http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2009_fa_fipa_pedagogo_md_maura_lucia_azevedo.pdf

SANTOS, Silene Faria; FARIAS, Elizabeth Regina Streisky de. **O papel do pedagogo na organização e mediação do trabalho pedagógico na escola pública.** 2010. http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2010/2010_fafipar_ped_artigo_silene_faria.pdf

SILVA, C. S. Bissoli da. **Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade.** 3ªed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

TERBAI, Regina Romanowski ; HARACEMIV, Sonia Maria Chaves. **Pedagogo: do escravo ao gestor.** 2007.

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2007_ufpr_ped_artigo_regina_romanowski_terbai.pdf

VANZELA, Edilaine Aparecida Delamuta; FERREIRA, João Vicente Hadich. **O professor pedagogo e sua origem.** 2010.

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2010/2010_uenp_ped_artigo_edilaine_aparecida_delamuta.pdf

VENTURA, Claudimir Antonio; ORSO, Paulino José. **O papel do pedagogo: limites e possibilidade de atuação no trabalho político e pedagógico.** 2009.

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2009_unioeste_pedagogo_artigo_claudimir_antonio_ventura.pdf

ZENI, Adriane de Fátima; ZANETTI, Maria Aparecida. **O papel do pedagogo na organização e no acompanhamento do estágio supervisionado obrigatório das licenciaturas de ensino superior na escola de educação básica.** 2009.

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2009_ufpr_pedagogo_artigo_adriane_de_fatima_zeni.pdf